

# Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

**Demonstrações Financeiras referentes ao período de 11 de março de 2020 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração do valor adicionado</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>

## **Relatório da Administração**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Tubarão, 31 de março de 2021.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.**

Tubarão – SC

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 11 de março de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 11 de março de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) para o período de 11 de março de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino  
Contador CRC 1SP196907/O-7

# Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Balanço patrimonial  
em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020		Nota	2020
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6	120.852	Fornecedores	10	43.215
Aplicações financeiras	6	225.687	Fornecedores - partes relacionadas	8	1.053
Outras contas a receber - partes relacionadas	8	260	Imposto de renda e contribuição social		1.015
Tributos a recuperar		983	Impostos e contribuições a recolher		1.994
Despesas antecipadas e outros		<u>1.100</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		893
			Obrigações com o poder concedente		<u>436</u>
Total do ativo circulante		<u>348.882</u>	Total do passivo circulante		<u>48.606</u>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Impostos diferidos	7b	<u>2.186</u>			
		<u>2.186</u>			
<b>Imobilizado em andamento</b>		15.678	<b>Patrimônio líquido</b>		
<b>Intangível</b>	9	5.946	Capital social	11a	451.657
<b>Intangível em construção</b>	9	<u>126.391</u>	Prejuízos acumulados		<u>(1.180)</u>
Total do ativo não circulante		<u>150.201</u>	Total do patrimônio líquido		<u>450.477</u>
Total do ativo		<u>499.083</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>499.083</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstração do resultado

no período entre 11 de março (data de constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2020</u>
<b>Receitas de construção (ICPC 01 R1)</b>		118.202
<b>Custos operacionais</b>		
Custo de construção		(118.202)
<b>Lucro bruto</b>		<u>-</u>
<b>Despesas operacionais</b>		
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Despesas com pessoal		(726)
Serviços		(1.943)
Custo com poder concedente		(2.095)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(62)
Materiais, equipamentos e veículos		(402)
Gastos com viagens e estadias		(63)
Outros		<u>(1.164)</u>
		<u>(6.455)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		(6.455)
Resultado financeiro	12	4.622
<b>Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>(1.833)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	7a	<u>653</u>
<b>Prejuízo líquido do período</b>		<u><u>(1.180)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstração do resultado abrangente

no período entre 11 de março (data de constituição) a 31 de dezembro de 2020

*(Em milhares de Reais)*

---

	<u>2020</u>
<b>Prejuízo líquido do período</b>	(1.180)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<u><u>(1.180)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
no período entre 11 de março (data de constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>			<b>Prejuízos</b>	
	<u>Nota</u>	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>acumulados</u>	<u>Total</u>
Subscrição e integralização de capital em 12 de março de 2020	11a	10	-	-	10
Aumento de capital social em 23 de abril de 2020	11a	991.022	(991.022)	-	-
Integralização capital social 03 junho de 2020	11a	-	5.000	-	5.000
Integralização capital social 08 junho de 2020	11a	-	446.647	-	446.647
Prejuízo líquido do período		-	-	(1.180)	(1.180)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>991.032</u>	<u>(539.375)</u>	<u>(1.180)</u>	<u>450.477</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto

no período entre 11 de março (data de constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Prejuízo líquido do período</b>	(1.180)
Ajustes por:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.186)
	<u>(3.366)</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>	
Contas a receber - partes relacionadas	(260)
Tributos a recuperar	(983)
Despesas antecipadas e outras	(1.100)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>	
Fornecedores	39.092
Fornecedores - partes relacionadas	1.053
Obrigações sociais e trabalhistas	893
Impostos e contribuições a recolher	3.527
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(518)
Outras contas a pagar	436
	<u>38.774</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>38.774</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	
Aquisição de ativo imobilizado	(15.163)
Adições ao ativo intangível	(128.729)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(225.687)
	<u>(369.579)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<u>(369.579)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	
Integralização de capital	451.657
	<u>451.657</u>
<b>Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento</b>	<u>451.657</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>120.852</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	
No início do período	-
No final do período	120.852
	<u>120.852</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

Demonstração do valor adicionado

no período entre 11 de março (data de constituição) a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2020</u>
<b>Receitas</b>		
Receita de construção		118.202
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo de construção		(118.202)
Custo com o poder concedente		(2.095)
Custos dos serviços prestados		(1.543)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(2.017)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<u>(5.655)</u>
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>		<u>(5.655)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	12	<u>4.628</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u><u>(1.027)</u></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Empregados</b>		
Remuneração direta		(78)
Benefícios		268
FGTS		101
Outras		21
<b>Tributos</b>		
Federais		(239)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros		6
Aluguéis		74
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Prejuízos retidos do período		<u>(1.180)</u>
		<u><u>(1.027)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

## 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil, constituída em 11 de março de 2020, de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rua Silvio Burigo, 555, Bairro Oficinas, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 07 de agosto de 2050, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101/SC, entre o município de Paulo Lopes/SC no início da ponte sobre o Rio da Madre (Km 244+680) e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no município de Passo de Torres/SC, início da Ponte sobre o Rio Mampituba (Km 465+100), sendo responsável pela administração de 220,420 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2020 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 06 julho de 2020.

### 1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Companhia tem acompanhado mensalmente o fluxo de caixa e o resultado e, até 31 de dezembro de 2020, verificou que não ocorreram impactos financeiros sobre suas demonstrações financeiras.

## 2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

### a) *Receitas de contratos com clientes*

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

### b) *Instrumentos financeiros*

#### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**d) Ativo imobilizado**

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

**e) Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “k”

Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

**f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**g) Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

**h) Receitas e despesas financeiras**

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras podem compreender as taxas, comissões e outras despesas financeiras, as quais são registradas através do resultado do período.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**i) Benefícios a empregados**

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

**k) *Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)***

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

***l) Demonstração do valor adicionado***

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional

***m) Adoção inicial de normas novas e alterações***

A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 e concluiu que não houve impacto nas demonstrações financeiras.

**Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS**

Traz novos conceitos, forneceu definições, atualização e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclareceu alguns conceitos importantes.

**Definição de negócio – Alterações ao CPC 15 (IFRS 3)**

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

**Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)**

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não alterar o conceito subjacente de materialidade das Normas IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

**Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39) e CPC 40 (IFRS 7)**

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):**

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

**n) *Novas normas ainda não efetivas***

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48(IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16);
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- IFRS 17 – Contratos de seguros.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**3. Apresentação das demonstrações financeiras**

***Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e as normas do CPC)***

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 31 de março de 2021 foi autorizada pelo Conselho da administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

***Base de mensuração***

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

***Moeda funcional e moeda de apresentação***

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

***Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota**

- 2k Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)
- 7b Impostos diferidos
- 9 Intangível e intangível em construção
- 13 Instrumentos financeiros

**4. Determinação dos valores justos**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

## 5. Gerenciamento de riscos financeiros

### Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao poder concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6 e 13.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>
Fornecedores	43.215
Fornecedores - partes relacionadas	1.053
Obrigações com o poder concedente	436

A Companhia não possui operação geradora de caixa. Dessa forma, a Companhia conta com suporte financeiro da acionista controladora (CCR. S.A.).

**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>2020</u>
Caixa e bancos	94
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos e CDB	120.758
<b>Total - Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>120.852</u>
	<u>2020</u>
Aplicações financeiras	
Fundos de investimentos e CDB	225.687
<b>Total - Aplicações financeiras</b>	<u>225.687</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,00% do CDI, equivalente a 2,82% a.a.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**7. Imposto de renda e contribuição social**

**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.833)
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	623
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Despesas indedutíveis	(8)
Incentivos relativos ao imposto de renda	19
Outros ajustes tributários	<u>19</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u><u>653</u></u>
Impostos correntes	(1.533)
Impostos diferidos	<u>2.186</u>
	<u><u>653</u></u>
Alíquota efetiva do imposto	<u><u>35,62%</u></u>

**b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 2020	
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	14	14	14
Despesas pré-operacionais (a)	-	<u>2.172</u>	<u>2.172</u>	<u>2.172</u>
Imposto diferido líquido ativo	<u>-</u>	<u>2.186</u>	<u>2.186</u>	<u>2.186</u>

- (a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas Pré Operacionais irão realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2020		2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Ativo	Passivo
Outras contas a receber			Fornecedores e contas a pagar	
<b>Controladora</b>				
CCR	956 (a)	-	-	179 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
CPC	641 (b)	1.737 (c)	-	454 (b)
Cor	-	-	8 (d)	3 (d)
MSVias	-	-	27 (d)	9 (d)
RodoNorte	-	-	43 (d)	22 (d)
CCR ViaSul	-	-	182 (d)	213 (d)
Intercement Brasil S/A	-	1.982 (e)	-	173 (e)
<b>Total</b>	<b>1.597</b>	<b>3.719</b>	<b>260</b>	<b>1.053</b>

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços, suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Contrato de prestação de serviços de gerenciamento de obras executados pela CPC - divisão Engelog;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; e
- (e) Aquisição de cimento a granel para base das praças de pedágio.

**9. Intangível e intangível em construção**

	2019	2020	
	Saldo inicial	Adições (a)	Saldo final
<b>Valor de custo</b>			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	-	710	710
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	-	5.236	5.236
<b>Intangível</b>	-	5.946	5.946
<b>Intangível em construção</b>	-	126.391	126.391
<b>Total custo</b>	-	132.337	132.337

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- (a) O total de R\$ 132.337 refere-se principalmente às obras de trabalhos iniciais, construção das praças de pedágio e postos de atendimento ao usuário.

## 10. Fornecedores

	<u>2020</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	39.763
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>3.452</u>
	<u><u>43.215</u></u>

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

## 11. Patrimônio líquido

### Capital social

#### a. Capital social

Em 12 de março de 2020, ocorreu a constituição da Companhia com capital social, no montante de R\$ 10 mediante a emissão de 10.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas.

Em 23 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 991.022, mediante a emissão de 991.021.991 de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 5.000 integralizadas em 03 de junho de 2020, R\$ 446.647 integralizadas em 08 de junho de 2020 e R\$ 539.375 a serem integralizadas até o dia 30 de setembro de 2021, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 991.032 com sua única acionista, a CCR.S.A..

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**12. Resultado financeiro**

	<u>2020</u>
<b>Despesas financeiras</b>	
Taxa e outras despesas financeiras	(6)
	<u>(6)</u>
<b>Receitas financeiras</b>	
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.628
	<u>4.628</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>4.622</u>

**13. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista indireta CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Instrumentos financeiros por categoria**

	<b>2020</b>		
	<b>Valor justo através do resultado</b>	<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>	<b>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e bancos	94	-	-
Aplicações financeiras	346.445	-	-
Outras contas a receber - partes relacionadas	-	260	-
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	-	-	(43.215)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.053)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(436)
	<u>346.539</u>	<u>260</u>	<u>(44.704)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações;
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos e das obrigações com o poder concedente equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

**Hierarquia de valor justo**

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	<b>2020</b>
<b>Nível 2</b>	
Aplicações financeiras	346.445

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
 REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R\$ <sup>(4)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (CDB) <sup>(3)</sup>	CDI <sup>(2)</sup>	346.445	2.836	2.130	1.422
Total do efeito de ganho ou (perda)			2.836	2.130	1.422

As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	1,90%	1,43%	0,95%
--------------------	-------	-------	-------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;
- (3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI)

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**14. Compromissos vinculados a contratos de concessão**

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao poder concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2020 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.218.126.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

**15. Demonstração dos fluxos de caixa**

*a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2020</u>
Fornecedores	(4.123)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>(4.123)</u>
Adições ao ativo imobilizado	515
Adições ao ativo intangível	3.608
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>4.123</u>

*b.* **Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Capital social</u>
Saldo Inicial	-
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	
Integralização de capital	(451.657)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<u>(451.657)</u>
Saldo Final	<u>(451.657)</u>

**16. Evento subsequente**

• **Capital social**

Em 25 de fevereiro de 2021, a Controladora CCR.S.A. integralizou o valor de R\$ 529.284 do saldo de capital social a integralizar, conforme Ata de Reunião do Conselho da Administração de 03 de março de 2021.

\*\*\*

CONCESSIONÁRIA CATARINENSE DE RODOVIAS S.A.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTE AO PERÍODO DE 11 DE MARÇO DE 2020 A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.  
*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

**Composição do Conselho de Administração**

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Guilherme Motta Gomes	Conselheiro
Josiane Carvalho de Almeida	Conselheiro

**Composição da Diretoria**

Fausto Camilotti	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor

**Contador**

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452/O-3